

Veiga, pode até ser que haja uma demanda reprimida.

Segundo ele, muitas empresas estão conscientes de que faria sentido investir em serviços ambientais. Operadoras do sistema de fornecimento de água, por exemplo, podem reduzir seus custos de tratamento melhorando a qualidade da água captada. “Algumas empresas têm uma avaliação extremamente sofisticada a respeito dos recursos hídricos e percebem os riscos ambientais relacionados. Para elas, seria mais fácil investir em conservação do que precisar fechar uma unidade por falta de água”, avalia.

FERRAMENTA EFETIVA

Os esquemas de PSA não esgotam os instrumentos capazes de acelerar a economia verde. O coordenador de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), André Lima, lembra que subsídios tributários (como a renúncia fiscal) estão entre as ferramentas

mais efetivas dos governos. “Diferentemente do crédito, que é reembolsável, ao dar uma isenção tributária o governo abre mão de um recurso para incentivar determinadas atividades”, explica.

É por isso que o Ipam está iniciando um trabalho com o intuito de usar a Lei de Acesso à Informação – aprovada em novembro – para forçar a Receita Federal a fornecer dados detalhados sobre o destino dos incentivos. “O que você tem hoje são informações muito genéricas. Sabemos que, nos últimos cinco anos, o setor agrícola recebeu R\$ 40 bilhões e o industrial, R\$ 100 bilhões. A ideia é descobrir se isso seguiu algum critério ambiental”, informa.

Young, da UFRJ, vê as iniciativas existentes como esforços isolados incapazes de provocar o movimento necessário. “Não existe uma centralização nos esforços e não vejo uma agenda objetiva na Rio+20”, critica. Para Cenamo, do Idesam, estamos deixando passar uma oportunidade para inverter a lógica econômica vigente. “Você tem uma demanda mundial crescente por produtos oriundos do desmatamento, como a carne e a soja. Precisamos catalisar uma economia florestal”, arremata.

INDICADORES

A primazia do PIB em xeque

Cresce a busca por métricas que contemplem fatores de desenvolvimento que vão muito além do econômico. O desafio é ganharem legitimidade

POR MARTHA SAN JUAN FRANÇA

É praticamente consenso entre os Estados-membros das Nações Unidas que participam da Rio+20 a necessidade de buscar novas medidas de bem-estar e desenvolvimento sustentável, dada a limitação do Produto Interno Bruto para atender a esses fins. O PIB, aliás, nunca teve tal atribuição, servindo

apenas como medidor do crescimento econômico de uma determinada região.

O assunto foi colocado nos rascunhos do documento oficial e levantado pelo coordenador-executivo da Rio+20, o embaixador francês Brice Lalonde (*mais em Entrevista à pág. 14*). Para Lalonde, a Conferência

já será um sucesso se produzir um mandato para que a ONU apresente, em um prazo de três anos, um indicador alternativo ou complementar que integre as dimensões econômica, ambiental e social, e seja usado por todos os países para a formulação de políticas públicas e direcionamento do setor privado nas decisões de investimento.

Embora o PIB ainda seja a medida central usada pelos países desde a Segunda Guerra Mundial (começou como medida da produção bélica), sua primazia deixou de ser um consenso. Estudos e propostas de novos indicadores apontam para a necessidade de se usar métricas mais completas para um mundo mais complexo.

Ao ser criado, na década de 1940 – quando a perda de estoque dos recursos naturais e a escala da atividade humana no planeta era muito menor –, seu objetivo era apenas o de contabilizar o crescimento do que foi produzido em termos de bens e serviços, sem distinguir entre o que era benéfico ou não para a sociedade ou para o meio ambiente. Como explica o economista Ladislau Dowbor, professor da PUC de São Paulo, a importância era dada à intensidade do sistema produtivo, sem a distinção da utilidade do que se produz, para quem, e com que custos para o estoque de bens naturais do planeta.

Na rotina diária, por exemplo, a produção de veículos eleva o PIB, mas o indicador não subtrai de seu cálculo os efeitos perversos da poluição e dos engarrafamentos no meio ambiente, na saúde humana e na própria economia, como perdas de horas de trabalho.

A rigor, a necessidade de ir além do PIB começou a ser percebida muito antes da Rio+20. Na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, elas já foram levantadas, inclusive na Agenda 21, e o assunto voltou à baila em debates posteriores.

Em 2007, por exemplo, o Parlamento Europeu abordou o assunto e deu início a um grande movimento, com apoio da Comissão Europeia, do Clube de Roma e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além do WWF, denominado Beyond GDP (ou *Além do PIB*). A intenção era a de encontrar instrumentos mais eficientes para medir o progresso, a riqueza e o nível de bem-estar dos países. Índices que também levassem em conta assuntos como saúde, pobreza, mudanças climáticas e dilapidação dos recursos naturais.

Logo depois, o então presidente francês Nicolas Sarkozy nomeou dois prêmios Nobel de Economia – Joseph Stiglitz e Amartya Sen – para pensarem sobre o assunto. Tanto o estudo por eles apresentado em 2009 como o trabalho sobre economia verde publicado em 2011 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) apontam os limites do PIB e pedem novas medidas que levem em conta indicadores sociais e ambientais.

Durante esse tempo, outros indicadores surgiram, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, publicado pela primeira vez em 1980, que tem como parâmetros a distribuição de renda, a educação (taxas de alfabetização e frequência) e a expectativa de vida (resultado dos indicadores de saúde e salubridade).

O IDH agrega ao cálculo do PIB alguns fatores de bem-estar, mas ainda não é suficiente. Com o tempo, outros índices foram criados, como o Better Life Index, lançado em maio de 2011 pela OCDE e atualmente avaliado em 36 países, também focado em qualidade de vida. Ele leva em conta dados sobre habitação, ambiente, saúde, satisfação com a vida, segurança e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, alguns por meio de sondagens com a população. Outro índice, como o Happy Planet Index, lançado em 2006 pela The New Economics Foundation, de Londres, avalia a eficiência ecológica com que os países proporcionam bem-estar a seus cidadãos.

Mas o mais conhecido, pela curiosidade de ter sido adotado pelo reino do Butão, na Ásia, é o índice da Felicidade Interna Bruta (FIB), que teve seu primeiro projeto-piloto executado em 2006 e mede variáveis subjetivas como bem-estar psicológico, uso do tempo, diversidade e resiliência cultural e ecológica e padrões de vida. No Brasil, a FGV-Eaesp iniciou estudos para elaborar a metodologia de um novo índice com o objetivo de fornecer os resultados ao governo federal e auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas.

“São muitos dados subjetivos que variam para cada estado e município”, afirma Fábio Gallo, professor de Finanças da Eaesp que, ao lado de Wesley Mendes, coordena a iniciativa. De acordo com Gallo, o estudo tem inspirações em diversas métricas mundiais, inclusive no FIB, mas a metodologia será própria.

Na opinião de José Eli da Veiga, professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP e estudioso do tema, nenhuma das metodologias já adotadas ou em estudo pelos países tem condições de se legitimar na Conferência.

Veiga acredita que há mais chance de a Rio+20 reforçar a proposta da pegada ecológica, adicionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas não de forma geral. “Haverá um índice específico para carbono, outro para água, nitrogênio e eventualmente biodiversidade”, afirma. A pegada ecológica é atualmente usada como um indicador de sustentabilidade ambiental para gerenciar os recursos consumidos e os desperdícios causados pela atividade humana.